



GÊNERO, TRAJETORIAS SOCIAIS E INTERSECCIONALIDADES: debates políticos contemporâneos tecidos na realidade brasileira

Gabriela Vieira Rebouças¹
Ingrid Lorena da Silva Leite²
Jessica Monaliza Saraiva Menezes³
Jéssica Silva de Sousa⁴
Liniane de Cássia Santos⁵

Resumo

A proposta se constitui em problematizar espaços sociais que encarnam e reproduzem o lugar socialmente construído da mulher atrelado às concepções de subalternização e subordinação. Diante disso, buscamos compreender como esses elementos, simultaneamente, tecem práticas e discursos desiguais, opressores e violentos, ao passo que tencionam múltiplas formas de resistências cotidianas. Estes processos entrecruzam eixos estruturantes da sociedade brasileira, a saber: raça, gênero e classe social. Diante disso, apresentamos pesquisas que visam a reprodução da vida social na sociabilidade do capitalismo contemporâneo trazendo como ponto de partida produções culturais e políticas na realidade que atravessam relações de gênero. A partir das análises críticas, debatemos a construção de múltiplas resistências situadas nas trajetórias sociais de mulheres, pobres, negras e periféricas, inseridas em contextos específicos marcados pela vulnerabilidade social e diversas desigualdades.

Palavras-chave: Gênero. Trajetórias. Interseccionalidades

GENDER, SOCIAL TRAJECTORIES AND INTERSECTIONALITIES: contemporary political debates woven into Brazilian reality

Abstract

The proposal is to problematize social spaces that embody and reproduce the socially constructed place of women linked to the concepts of subordination and subordination. Therefore, we seek to understand how these elements, simultaneously weave unequal, oppressive and violent practices and discourses, while they intend multiple forms of daily resistance. These processes intertwine structuring axes of Brazilian society, namely: race, gender and social class. In view of this, we present research that intends the reproduction of social life in the sociability of contemporary capitalism, bringing as a starting point cultural and political productions in reality that cross gender relations. Based on critical analyzes, we discussed the construction of multiple resistances located in the social trajectories of women, poor, black and peripheral women, inserted in specific contexts marked by social vulnerability and various inequalities.

Keywords: Gender. Trajectories. Intersectionality

Artigo recebido em: 11/11/2019. Aprovado em: 29/01/2020

¹ Graduada em Design-Moda. Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: gabi.v.reboucas@gmail.com

² Assistente social. Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: lorenaleitte17@gmail.com

³ Assistente social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: jessi_monaliza@hotmail.com

⁴ Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Cearense (FAC). E-mail: jessicasousace@hotmail.com

⁵ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestranda do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão social (UECE). Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afrobrasiliadades, Gênero e Família (NUAFRO). E-mail: liniane.santos@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este artigo se constitui em problematizar espaços sociais que encarnam e reproduzem o lugar socialmente construído da mulher atrelado às concepções de subalternização e subordinação. Diante disso, buscamos compreender como esses elementos, simultaneamente tecem práticas e discursos desiguais, opressores e violentos, ao passo que aspiram múltiplas formas de resistências cotidianas. Estes processos entrecruzam eixos estruturantes da sociedade brasileira, a saber: raça, gênero e classe social. Diante disso, apresentamos pesquisas que tencionam a reprodução da vida social na sociabilidade do capitalismo contemporâneo trazendo como ponto de partida produções culturais e políticas na realidade que atravessam relações de gênero. A partir das análises críticas debatemos a construção de múltiplas resistências situadas em contextos desiguais, onde encontra-se mulheres, sobretudo, pobres, negras e periféricas, inseridas em realidades específicas marcadas pela vulnerabilidade social e diversas desigualdades.

Diante do exposto, adotamos metodologicamente a categoria interseccionalidades, pois Piscitelli (2008) avalia que a análise conjunta de aspectos locais e globais se associa a essa categoria, vai além das relações entre gênero, raça e classe, incluindo as estratificações baseadas na nacionalidade e vinculadas aos efeitos dos nacionalismos. Salientamos a relevância dos apontamentos realizados para a compreensão da tessitura de múltiplos contextos, a categoria gênero, a qual exige uma abordagem interseccional, tendo em vista que as vidas das mulheres estão imbricadas nos eixos estruturantes da sociedade: gênero, raça e classe social. Como assinala Piscitelli (2008), perceber as articulações entre as diferenciações permite refletir “sobre as margens de agência concedidas aos sujeitos, isto é, as possibilidades no que se refere à capacidade de agir, medida socialmente” (2008, p. 207). Por fim, as interseccionalidades são formas de capturar as consequências da interação entre inúmeras formas de subordinação, as quais podem superar a noção de superposição de opressões (PISCITELLI, 2008). Seguiremos em diálogos e construções teóricas sob diversos olhares e vozes.

2 MULHERES E RESISTÊNCIAS COLETIVAS

Para abordar as resistências coletivas de mulheres negras situadas na cidade de Fortaleza a partir do Curso de Extensão Universitária *Mulheres Negras Resistem*, é necessário traçar um breve resgate sócio-histórico na sociedade brasileira, que informa as dinâmicas do racismo na vida de mulheres negras. O mito da democracia racial, apesar de intensa e amplamente denunciado pelo ativismo da população negra organizada, continua presente no imaginário coletivo da população

brasileira e ativo em práticas racistas nas relações interpessoais, institucionais e políticas – configurando-se como racismo estrutural, permeando todo o tecido social brasileiro (ALMEIDA, 2018).

Este breve resgate informa, ainda, que o papel que as mulheres negras ocuparam e ocupam historicamente na sociedade brasileira está ligado ao modelo de produção escravista na qual esta sociedade foi erigida. Sob as bases da escravidão, o corpo negro foi sendo marcado e associado à condições de subalternidade e servilismo, e em paralelo perseguido e criminalizado pelos mecanismos de controle e dominação impostos pelo Estado. Estes mecanismos, segundo Madeira, deixaram efeitos deletérios que fazem com que “historicamente mulheres *sintam* dificuldade de ocupar espaços de poder, tendo pouca representatividade política” (JORNAL O POVO, 2017, grifo nosso).

Ocupando um espaço de poder e driblando toda uma estrutura que inviabiliza representações políticas de mulheres negras em espaços de poder, a vereadora Marielle Franco (Partido Socialismo e Liberdade – PSOL) foi assassinada em 14 de março de 2018. Ela, que foi eleita mais de 46 mil votos no ano de 2016, no Estado do Rio de Janeiro, vinha enfrentando as mais variadas facetas do racismo, denunciando a atuação de milícias no Rio de Janeiro e tecendo críticas à intervenção Militar posta pelo Estado.

O assassinato de Marielle Franco mobilizou muitos setores políticos e o mote para criar o Projeto *Mulheres Negras Resistem* surgiu dessa articulação. O Projeto foi idealizado pela professora Vera Regina Rodrigues da Silva. O Curso de Extensão Universitária *Mulheres Negras Resistem* é uma entre muitas iniciativas de mulheres negras que buscam incidir nas condições que nos impedem de ocupar espaços de poder, inviabilizar nosso fazer político e ideológico e asfixiar possibilidades de agência. Com foco no protagonismo negro e feminino e estímulo à criação de quadros de representação social e política, o Curso aludido surgiu das articulações coletivas de mulheres negras pesquisadoras, intelectuais, e professoras que têm dedicado suas trajetórias profissionais e políticas ao enfrentamento e superação do racismo.

Há que se enfatizar as especificidades do racismo no Estado do Ceará, cuja dinâmica assume os contornos de um mito de que não há população negra no Estado, isto se deve, dentre outros fatores, à abolição do regime escravocrata no Ceará – 1884 – antes da assinatura da Lei Áurea. Tal falácia inviabiliza o reconhecimento da população negra – assim como de etnias indígenas – na contribuição socioeconômica e política no desenvolvimento do Estado do Ceará, assim como há tentativas de apagamento da nossa contribuição a nível de Nação brasileira, nos seus mais variados aspectos. De forma a enfrentar essa falácia, as ações, cada vez mais pulsantes das mulheres negras, tal como a importância do Curso em tela, contribuem para demarcar a presença de negras e negros na

esfera pública, assim como as ações desses agentes políticos vão enfrentando as opressões que nos subjugam.

Dito isto, entendemos e expomos, nessa breve discussão, que o racismo funciona combinado à outras formas de subjugação. A essa leitura, o Curso *Mulheres Negras Resistem* é pautado no aporte teórico-metodológico da interseccionalidade, ferramenta analítica que nos acompanha em nossa construção teórica discursiva. A interseccionalidade, como chave de avaliação crítica, observa que o transcurso histórico de opressão na vida da população negra, sobretudo de mulheres negras, é atravessado por outros eixos opressivos cuja disposição na trajetória dessas mulheres é interseccionada a questões de raça, gênero, classe, nacionalidade.

Cunhado e explorado por mulheres negras estadunidenses, a interseccionalidade também configura as análises teóricas das intelectuais negras brasileiras – ainda que não seja utilizado o termo *interseccionalidade* em si. A intelectual negra Carla Akotirene, em sua didática argumentação (AKOTIRENE, 2018), nos fornece o fluxo da construção e utilização do termo, além de apontar os exemplos práticos que demonstram como as opressões se intersectam e acidentam mulheres afro-diaspóricas.

Experienciando esse lugar na própria vivência e a participação no Curso de Extensão Universitária em questão, nos colocamos como os sujeitos legítimos de enunciação desse discurso.

A dimensão do *Mulheres Negras Resistem* o faz ser reconhecido na cidade de Fortaleza. Sua segunda edição, em 2019, obteve para os editais 800 inscrições para o preenchimento de 40 vagas. Num processo inventivo, o Curso experimentou arcar novas demandas, como a orientação de projetos de pós-graduação para suas cursistas, objetivo piloto na primeira edição, em 2018, que foi aprimorada em 2019. Nos mais diversos campos do saber, os projetos vão desde searas do conhecimento nas Artes, Ciências Políticas, à Tecnologias da Informação e Comunicação, entre outras.

Em suma, a iniciativa do *Mulheres Negras Resistem*, toda sua elaboração e proposta coloca a mobilização do afeto como potência política e teórica capaz de produzir mudanças efetivas coletivas. O que se coleta com as parcerias entre as mulheres que movimentam o Curso traz contribuições para a comunidade, pois reafirma, celebra e enfoca o protagonismo de mulheres que são agência em suas comunidades, espalhando a força de tais iniciativas. As mulheres negras vão recriando seus espaços, somando-se e estimulando outras mulheres a se ver e se perceber como potência em sua autonomia e autogestão de propostas, em razão disso é que iniciativas como o Curso de Extensão Universitária *Mulheres Negras Resistem* são essenciais e devem ser reconhecidas como ação política legítima na agenda prioritária de luta por Justiça Social e Liberdade.

3 MULHERES, MÃES E MOVIMENTOS SOCIAIS

A construção e atuação política dos movimentos sociais formados por mães no Brasil se iniciaram em 1980. Os primeiros movimentos de mães surgiram no Rio de Janeiro, em São Paulo e na Bahia. As mães, principais protagonistas das articulações e mobilizações sociais, tiveram os seus filhos assassinados, desaparecidos e/ou, em privação de liberdade, seja no sistema penitenciário e/ou sistema socioeducativo brasileiro.

É possível compreender que as mães ingressaram, na cena pública, advinda da necessidade de se lutar pelos direitos dos seus filhos, no contexto de agravamento da violência urbana¹ nas últimas décadas. Segundo as análises de Barreira (2004), Oliven (1982), Adorno (2000) e Bombal (1992), a violência no Brasil tornou-se visível, notadamente, depois da Ditadura Militar, mediante o binômio “segurança e desenvolvimento”, em virtude de que, nessa época, havia uma constante violação dos direitos sociais². Barreira (2004) afirma que, o legado autoritário aparece, claramente, nas práticas ilegais e, no uso indiscriminado da violência, por parte dos aparelhos repressivos. O uso da tortura, nas batidas policiais e nos interrogatórios, aparece como marca de continuidade de práticas habitualmente empregadas. De acordo com Brites e Fonseca (2013), os supracitados movimentos sociais, com a participação das mães, possuem um universo que inclui, principalmente, famílias de vítimas da população civil da periferia urbana.

Maria Gloria Gonh (2008) destaca que nos anos 1960 os movimentos sociais no Brasil passaram a conquistar visibilidade na própria sociedade na qualidade de fenômenos históricos e concretos. Segundo Gonh, no Brasil, os atuais movimentos sociais são distintos dos movimentos que ocorreram na fase do regime militar populista, assim como são diferentes também dos movimentos do final da década 1970 e a partir dos anos 1980 (movimentos sociais reivindicatórios de melhorias urbanas articulados com pastorais, grupos políticos de oposição do regime militar entre outros). Na atualidade, muitos dos novíssimos movimentos sociais, ou ações civis denominadas movimentos, não tem mais o universal horizonte, mas sim o particular, os interesses imediatos, o direito de sua categoria ou grupo social (GONH, 2008).

Os movimentos sociais construídos por mães são considerados novíssimos movimentos sociais, pois são ações coletivas específicas de um contexto de violências que atingem diretamente seus filhos. As mães se organizam em torno de um campo de significação, mantendo-se expressões, sentimentos e palavras como: cuidado, sacrifício e amor, articulados a este campo. Consequentemente, essas figuras maternas passam a incorporar e participar da luta política, pedindo e

exigindo do Estado políticas públicas que tenham a perspectiva da garantia de direitos sociais direcionados aos seus filhos, sobretudo jovens.

Brites e Fonseca (2013) enfatizam que as mães participam desses movimentos sociais, com o objetivo de se lutar por justiça em benefício de seus filhos assassinados, desaparecidos e em privação de liberdade, em decorrência de que, nesta esfera, a violência urbana marca essa participação. Araújo (2007) demonstra que o primeiro movimento que destacou-se na mídia foi o conhecido como as *Mães de Acari*, avaliando-se o desaparecimento de onze jovens, oriundos de uma favela, no Rio de Janeiro. Este movimento começou com a busca dos filhos desaparecidos, realizada por três mães, em esquadras policiais dos subúrbios do Rio.

Após esse acontecimento, outros movimentos e/ou ações coletivas, promovidas por mães, surgiram, quais sejam a Chacina da Candelária e a Chacina do Vigário Geral,³ ambas decorrentes da década de 1990. Insurge-se, também, o movimento Mães de Maio, de São Paulo, em 2006. No Ceará, em 2015, houve a Chacina da Grande Messejana⁴ que ganhou dimensão pública nacional. Todos marcados pela violência contra a juventude negra, masculina e periférica. Os eventos mencionados, assim como os protagonizados pelas mães dos envolvidos, possuem algo em comum: os assassinatos e/ou desaparecimentos de jovens pobres, negros, moradores da periferia urbana. Desta feita, depreende-se que os jovens são as principais vítimas da violência urbana no Brasil.⁵

Os movimentos sociais protagonizados pelas mães e familiares possuem um aspecto em comum: a visibilidade desses movimentos, assim como as mobilizações e atuações de grupos organizados, nesse contexto, revelando-se o acionamento da unidade moral, em suas composições. Os atores que angariam legitimidade para falar, publicamente, sobre os jovens em privação de liberdade, e em seu nome, em lutas sociais por garantia de direitos são aqueles que, de alguma forma, são ou foram responsáveis por sua reprodução ou criação e que possuem vínculos de aliança ou consanguinidade com os jovens internos, sentindo-se, por essa razão, direta ou indiretamente, afetados pela violência. (MATOS JÚNIOR, 2010).

Frisamos que tal elemento é destacado por Farias (2010), como um acúmulo de significados em torno dos “laços primordiais”, que são aqueles experimentados como “vínculos inefáveis, vigorosos e obrigatórios em si mesmo”, fundamentando-se a dimensão simbólica da categoria “mãe de vítima de violência”, legitimando-se o seu clamor por justiça. Percebemos que essas mães são das camadas populares no Brasil. Paiva (2014) assevera a crescente marginalização das camadas mais pobres da população, sobretudo, na constituição de estigmas territoriais, sedimentados, na distinção do espaço da cidade e na discriminação residencial dos locais de moradias dos segmentos

sociais que ocupam uma posição desprivilegiada no cenário cultural e social da cidade. O referido autor expressa:

Acredito que, esta nova configuração da violência afeta, de modo crucial, os moradores das cidades, nas mais diversas esferas da vida urbana. Embora a violência experimentada nos países latino-americanos, desde a década de 1980, não apareça estar associada às causas políticas, ela, assim como expressa problemas de ordem social e econômica, põe em jogo questões que diz respeito ao Estado e às pessoas que partilham de certo código civil de organização social e política (PAIVA, 2014, p. 20).

Como aponta Wacquant (2006), os estigmas territoriais, construídos, histórico e socialmente, encarnam nos indivíduos que residem nestes lugares e acentuam as refrações da violência. Esses estudos corroboram que a violência ocupa, nos últimos vinte anos, um vasto campo de conhecimento, nas ciências sociais, em diversas dimensões da vida cotidiana. Podemos interpretar os estudos de Diógenes (2008) e Paiva (2014), e também, as demais pesquisas que a juventude, especificamente, negra, pobre e periférica aparece, como o principal grupo social de maior participação nos episódios de violência urbana, seja “como praticante ou vítima” (PAIVA, 2014, p. 23).

Vale ressaltar que, no que tange aos movimentos de mães, familiares das vítimas de violência, no cenário público brasileiro, Matos Júnior (2010) colaciona dois elementos que retratam sobre o movimento de mães de jovens em privação de liberdade. A primeira análise é sobre a emergência da figura da vítima que conferiu enfoque a partir da década 1980, mormente, quando as vítimas despontaram falhas institucionais que introduziram o reconhecimento da existência da vítima de violência. A segunda questão trata do reconhecimento social e político que as vítimas passam a ter, pois elas expõem as violências físicas decorrentes de *per si* ou de seus familiares, insurgindo-se, como atores políticos, engajados por reconhecimento e mudanças sociais.

Desse modo, as lutas empreendidas pelas mães seriam, moralmente, motivadas, pois as negociações intersubjetivas e as experiências sociais de desrespeito, individuais ou coletivamente vivenciadas, seriam elementos centrais para o desenvolvimento moral das sociedades e dos indivíduos (FARIAS, 2007; 2010).

Nessa perspectiva, Lacerda (2014, p. 63) argumenta que o processo político, por meio do qual os familiares das vítimas de violência correspondem às vozes legítimas, na “luta por justiça” para quem é familiar ou parente, pode ser visto “como um tipo de ativista particular, diferente dos demais e, com um *plus* de legitimidade”. Misse *et.al* (2012) enfatizam que as palavras violência e sofrimento são predominantes no trabalho da antropóloga indiana Veena Das. Para os autores, é relevante estudar o silenciamento do sofrer e, também, as linguagens resistentes, considerando-se que intervenção e sofrimento, individual e social estão longe de serem excludentes entre si.

Como assinala Misse *et. al* (2012), é preciso refletir como a violência está articulada nos processos políticos e como se faz presente nas experiências coletivas e individuais e “como novas tecnologias renovam os sentidos da dor, do luto e também da vida e da morte”. Vale pensar, ainda, nos sentidos de participação política que essas mães constroem, encontram e mobilizam. Assevera-se que a violência e as suas múltiplas faces são intensificadas pela forma como as relações são estabelecidas nas unidades de internação, o que lhes confere um caráter de normatização. Há uma expressão excessiva, e/ou autoritária, de poder que impede o reconhecimento do outro e um estranhamento completo do que é sujeito de direito (ZALUAR, 2001). Nesse sentido, os filhos dessas mulheres são considerados sujeitos que não possuem direitos.

Compreendendo-se que mães possuem uma classe social, cor e gênero; estes membros, como afirma Piscitelli (2008), possibilitam, em contextos específicos, deslocamentos e agências que podem ser minimizados ou inviabilizados. De fato, a formação e participação política é fomentada nessas prerrogativas, pois através das suas vivências ensinam conferir visibilidade às violências que ocorrem no âmbito político.

4 MUNDO DO TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO: uma análise a partir da divisão sexual do trabalho

O mundo do trabalho na contemporaneidade se apresenta de forma complexa. Compreender as modificações que vem ocorrendo nas relações de trabalho, modos de produção e sua reificação no contexto social é um fator preponderante para esta discussão.

Sendo assim, as transformações no mundo do trabalho na contemporaneidade são perpassadas por novas configurações que emanam dos moldes capitalistas vigentes. As relações sociais são marcadamente determinadas por requisições do capital alterando de forma significativa a compreensão da categoria trabalho e a nova morfologia social assumida pela classe trabalhadora nas relações sociais.

É a partir desse contexto que a lógica do capital intensifica a associação dos sujeitos ao consumo e submete a *classe-que-vive-do-trabalho* a um contexto alienante frente as estratégias do mercado. As formas de sociabilidade erguidas sob o capitalismo mundializado expropriam a força de trabalho e preconizam uma realidade de empregos precários e subempregos legitimados pela lógica neoliberal que denota um padrão destrutivo no ciclo de acumulação. Podemos apreender, a partir de Antunes (2009), como esses processos se disseminam socialmente:

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas duas décadas, presenciou fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada. (ANTUNES, 2009, p.8)

Ademais, ao compreender o capitalismo como um sistema que produz desigualdades a partir das suas relações nos processos produtivos, de acumulação e distribuição, identificamos a classe trabalhadora em patamares de segregação e subserviência aos ditames do capital. Todavia, ao pensarmos em classe trabalhadora, precisamos atribuir o caráter heterogêneo encontrado nas dinâmicas de trabalhos entre trabalhadores e trabalhadoras.

Para tanto, as relações de gênero no mundo do trabalho estão imersas em fluxos estruturados socialmente que atribuem especificidades ao que é entendido como “trabalho de homem e trabalho de mulher, a requisição imediata é que possamos observar como as singularidades vivenciadas por homens e mulheres nas relações e processos de trabalho se expressam no cotidiano produzindo e (re)produzindo formas de desigualdades e opressões.

Sendo assim, pensar as relações existentes no presente de subordinação, exploração e opressão do feminino é revisitar os desdobramentos históricos de uma sociedade patriarcal que ao longo do tempo apenas metamorfoseia-se dentro de uma lógica androcêntrica que prioriza o masculino e secundariza o feminino.

Numa periodicidade histórica podemos apreender esse contexto a partir da inserção da mulher no mercado de trabalho: foi no prisma do desenvolvimento do sistema capitalista com a Revolução Industrial que as mulheres passaram a ser recrutadas para a nova realidade social, o trabalho industrial nas fábricas. É numa conjuntura precarizada de um trabalho fabril penoso e insalubre que as mulheres passam a incorporar a vida pública através do trabalho. Podemos destacar essa realidade na fala do autor:

Com a Revolução Industrial, marco da consolidação do capitalismo, a mulher passa a ser incorporada nas relações produtivas sob condições desumanas, tendo em vista a intensificação do trabalho, a extensa jornada de trabalho e o rebaixamento salarial, para atender aos imperativos do acelerado processo de acumulação. Mesmo com essa realidade, as mulheres dos grupos menos privilegiados necessitavam do trabalho como forma de subsistência e por isso acabavam se sujeitando aos respectivos ordenamentos. (GUIRALDELLI, 2007, p.02)

Dessa forma, a mulher adentra no mercado de trabalho num contexto de profunda precarização, no tocante das relações de trabalho, no recebimento de salários menores do que aos pagos aos homens e com uma atribuição dita como “natural” referente às atividades da esfera

reprodutiva com o cuidado do lar, filhos e parentes, designando as ditas “duplas e triplas jornadas de trabalho” para as mulheres.

É a partir desse contexto, que se materializa a divisão Sexual do Trabalho que é elaborada com maior força na França no início dos anos de 1970 alinhado ao movimento feminista que chancelou as bases teóricas do conceito.

Para Hirata (2007), a divisão sexual do trabalho é a forma da divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos, com designação prioritária dos homens a esfera produtiva e as mulheres a esfera reprodutiva. É a partir dessa máxima, que a autora vai aplicar a ideia de que existem dois princípios organizadores da divisão sexual do trabalho. Como aponta Hirata (2007, p. 599-600):

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie. Se os dois princípios (de separação e hierárquico) encontram-se em todas as sociedades conhecidas e são legitimados pela ideologia naturalista, isto não significa, no entanto, que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável. Ao contrário, ela tem inclusive uma incrível plasticidade: suas modalidades concretas variam grandemente no tempo e no espaço, como demonstraram fartamente antropólogos e historiadores(as).

Todavia, apesar das mudanças na conjuntura social serem possíveis no campo histórico, ao observamos o recorte de como as mulheres se inserem e permanecem no mundo do trabalho, sempre nos deparamos com um padrão de distanciamento se comparadas aos homens. O questionamento se dá pela via de como esse distanciamento é construído socialmente, como a plasticidade das relações não consegue minimamente equiparar as relações sociais de sexo.

Numa conjuntura histórica, a divisão sexual do trabalho se redefine de acordo com as novas configurações da sociedade, intensificando o caráter de exploração que assume para com as mulheres, contudo, no sistema capitalista. Como aponta Kergoat (2007).

Trata-se antes de tudo da aparição e do desenvolvimento, com a precarização e a flexibilização do emprego, de “nomadismos sexuados”: nomadismo no tempo, para as mulheres (é a explosão do trabalho em tempo parcial, geralmente associado a períodos de trabalho dispersos no dia e na semana); nomadismo no espaço, para homens (provisório, canteiros do BTP* e do setor nuclear para os operários, banalização e aumento dos deslocamentos profissionais na Europa e em todo o mundo para executivos). Constata-se que a divisão sexual do trabalho amolda as formas do trabalho e do emprego e, reciprocamente, que a flexibilização pode reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo. O segundo exemplo é o da priorização do emprego feminino, que ilustra bem o cruzamento das relações sociais. Anos 1980, o número de mulheres

contabilizadas pelo Institut National de la Statistique et des Études Économiques – Insee (pesquisas de emprego) como “funcionários e profissões executivas de nível superior” mais do que dobrou; cerca de 10% das mulheres ativas são classificadas atualmente nessa categoria. Simultaneamente à precarização e à pobreza de um número crescente de mulheres (elas representam 46% da população ativa, mas são 52% dos desempregados e 79% dos baixos salários), observa-se, portanto, o aumento dos capitais econômicos, culturais e sociais de uma proporção não desprezível de mulheres ativas.

A autora relata aspectos da divisão sexual na contemporaneidade e demonstra como a intensificação das relações capitalistas aprofunda as desigualdades sofridas pela classe trabalhadora e como essas desigualdades se sobrepõe para as mulheres. A flexibilização, a precarização e o desemprego são experimentados pelas mulheres em número maior se comparadas aos homens, numa perspectiva que mesmo defronte de relações tão plásticas na sociabilidade o lugar da mulher no mundo do trabalho é sempre em patamares de subordinação.

Essas questões precisam ser elaboradas ao lado de outras questões centrais que compreendem as categorias de gênero, classe e raça necessitando de análises concatenadas a fim de se perceber as ligações existentes nas relações sociais, identificando na conjuntura social as mulheres e suas demandas específicas na sociedade.

Nessa perspectiva, o trabalho feminino e a divisão sexual do trabalho pressupõem uma análise que demonstra uma ideia ligada a “marginalidade do trabalho feminino” mediante a lógica capitalista. As mulheres são apagadas como sujeitos históricos e os discursos hegemônicos da economia são tratados de forma geral, sem conseguir dar conta das especificidades do trabalho feminino (LOBO,2011).

Para a autora, é necessária uma análise que permita refletir sobre as relações das mulheres com o mercado de trabalho, com o capital, com os cargos, salários ou qualificações. É preciso instrumentos de análises para trabalhar as problemáticas da divisão sexual no interior das relações capitalistas. Como aponta Lobo (2011):

1. A identificação de duas esferas sociais ao mesmo tempo distintas e inter relacionadas: a produção social de bens, constituída basicamente por relações mercantis, e a reprodução dos seres humanos, estruturada por relações aparentemente naturais;
2. A assimetria produção/reprodução se traduz numa divisão sexual do trabalho que estrutura as relações entre os sexos nos vários espaços sociais. (Combes e Haicault, 1984:157).

A ideia de que a divisão do trabalho não só separa e articula produção e reprodução, mas estrutura as relações no trabalho produtivo, permite recolocar a questão da relação entre a dinâmica das relações capitalistas de trabalho e a força de trabalho feminina sob um ângulo que integra os dois níveis, sexualizando as relações de trabalho e as relações sociais.

Os instrumentos de análise utilizados pela autora nos fazem perceber a lógica utilizada pelo sistema capitalista de apropriação das assimetrias da vida produtiva e reprodutiva de homens e mulheres. A naturalização dos ditos “papeis sexuais” estruturam a divisão sexual do trabalho e altera

diretamente a forma como as relações sociais são construídas na esfera do capital, contudo, no mercado de trabalho para as mulheres. Todavia, o que deve ser ressaltado é que esse processo de sexualização dos papéis são construções sociais, das quais não sustentam uma perspectiva crítica, sendo efetivadas pelas as pessoas partir de um campo simbólico.

5 EM TERRA DE SAFADÃO, ELAS COMANDAM O “PAREDÃO”: as cantoras do Forró Eletrônico

De acordo com Trotta (2009), o forró eletrônico ou forró *pop* é um tipo de forró que desponta no início da década de 1990 em Fortaleza, tendo como representante a banda *Mastruz com Leite*⁶. Esse gênero de forró se desvincula do forró tradicional, tocado pela zabumba, sanfona e pelo triângulo, e utiliza outros instrumentos considerados mais “pesados”, como guitarra, saxofone e bateria. Além disso, Costa (2012) acrescenta que o forró eletrônico se destaca por apresentar temáticas em suas músicas que remetem às relações afetivas e/ou sexuais entre homens e mulheres, farras e ao uso de bebidas alcoólicas, resumido ao trinômio “bebida-mulher-sexo”, como denomina Marques (2013).

Dentro desse contexto retratado nas músicas do forró eletrônico, as relações de gênero se configuram na disparidade entre o papel do homem e da mulher. Nessas relações, aquele é tido como dominador, viril, ativo sexualmente, que se relaciona com muitas parceiras (EUGÊNIO; SANTOS, 2012; FREIRE, 2012), vive em festas e gasta uma quantia considerável em roupas de marca, carros caros, como a *Hilux*, bebidas alcoólicas, como o *whisky*, e nas aparelhagens de sons de automóveis conhecidas como os *paredões*⁷, sendo classificado, conforme Honório (2012), como “*cachaceiro e raparigueiro, desmantelado e largadão*”. Enquanto que a mulher é mostrada como figura passiva, submissa, representada pela figura da “esposa imaculada”, ou de sexualidade livre, “fácil” de ser conquistada, “coisificada” como objeto sexual ao bel prazer masculino (FREIRE, 2012), especificamente qualificada como “*Gato véi – mulher fácil, dada, feia, sem futuro, que não é pra namorar*” (SIQUEIRA, 2008, p. 111).⁸

E, assim, o forró eletrônico é um gênero musical produzido e consumido por homens, ou seja, feito por homens e para homens (COSTA JÚNIOR; SILVA, 2010), onde eles são os donos das casas de show, donos e/ou empresários das bandas, cantores que iniciam e encerram os shows ou que compõem os grandes sucessos. No entanto, a presença das mulheres se faz marcante enquanto público, cantoras e/ou compositoras⁹, tendo em vista que, desde o surgimento desse estilo de forró, as mulheres assumiram os vocais, quer seja em conjunto com outros cantores, em dupla ou até mesmo em carreira solo.

Com isso, é relevante considerar a coexistência das desigualdades, opressões e violências que atingem as mulheres e das lutas e dos avanços femininos conquistados. Referindo-se a tal reflexão, é preciso, portanto, compreender o patriarcado situado histórica e geograficamente com relação às mudanças das relações de gênero, atentando para a sua complexidade e dinamismo, conforme afirmam Machado (2000) e Saffioti (1992). As relações entre os gêneros que constituem o campo do forró eletrônico se baseiam na construção de uma masculinidade nordestina viril, representada pela figura do “cabra-macho” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003), a qual, atualmente, se encontra em novas nuances e roupagens. No entanto, mesmo inseridas nessa estrutura, essas cantoras podem se sobressair, ter autonomia, exercer seu protagonismo e fazer sucesso em suas carreiras.

Considerando essa realidade, dentro do contexto de “campo de possibilidades” nas sociedades contemporâneas, onde os indivíduos interagem e constroem suas identidades, trajetórias de vida, dentre elas, a profissional, e seus projetos na coexistência do tradicional e moderno (VELHO, 1994), Saffioti (2002) expõe que o patriarcado vem sofrendo rupturas diante da emancipação feminina, e que, conforme Freire (2012, p. 74), “se iniciou através do voto, vindo depois a pílula anticoncepcional, a inserção no mercado de trabalho [...]”, podendo ser percebida na situação em que “a mulher deste século [XXI] sai de casa, estuda, vai a festas, transa casualmente e canta em bandas de forró também” (COSTA JÚNIOR; SILVA, 2010, p. 7).

Logo, vale ressaltar algumas informações da atuação e da trajetória das cantoras de forró eletrônico, Kátia Cilene e Solange Almeida. Sobre a primeira cantora, sendo destaque da banda Mastruz com Leite, a qual possibilitou que o forró eletrônico se tornasse conhecido pelo Brasil e mundo, tendo em vista a resistência e o preconceito que se tinha, e ainda se tem, em relação a esse estilo de forró, Kátia Cilene esteve durante 17 anos nesse grupo musical, entoando alguns sucessos como “Meu vaqueiro, meu peão”, “Noite Fria” e “Anjo da guarda”. Depois de ter trabalhado nessa banda, Kátia Cilene ainda participou de duas bandas de forró eletrônico como vocalista antes de ingressar em carreira solo: Forró do Bom e Cavalo de Pau. Sobre a segunda, ela cantou na banda Aviões do Forró¹⁰ durante 14 anos ao lado do cantor José Alexandre (Xand), mas antes de fazer parte dessa banda, Solange havia participado das bandas Banda G e Caviar com Rapadura¹¹. A cantora tornou-se famosa através de algumas músicas, tais como: “Mulher não trai, mulher se vinga”, “Novo namorado”, “Se não valorizar” e “Titular e Absoluta”. Atualmente, em carreira solo, Kátia Cilene apresenta como temática de suas canções: amor, vaquejada e festas juninas, enquanto Solange Almeida já traz o amor-próprio, cuidados com o corpo, exaltação da solteirice, igualdade de gênero, traição e “sofrência”¹² como assuntos recorrentes em suas músicas.

Sobre a atuação dessas cantoras no forró eletrônico, vale ressaltar o fato de Kátia Cilene ter sido intérprete da canção “Meu vaqueiro, meu peão”, considerado um dos clássicos do forró eletrônico, em razão de não ser comum na região Nordeste ver mulheres homenageando os vaqueiros em canções, já que se tratava de uma prática destinada somente aos homens¹³.

Já Solange Almeida, recentemente, fez declarações sobre as desigualdades de gênero ainda existentes nesse tipo de forró, pois, como informa Marques (2015, p. 164), ele é marcado pelo “empoderamento feminino x manutenção do poder patriarcal”, onde mulheres, mesmo cantando músicas que expressam uma autonomia feminina e investindo em carreira solo, ainda enfrentam barreiras construídas pelo machismo. Isso pode ser assegurado no seguinte enunciado feito pela cantora: *“Por ser mulher, a gente passa muita coisa. E o forró, infelizmente, é muito preconceituoso. A mulher ganha menos, a mulher canta menos, a mulher não tem voz... Infelizmente no forró acontece isso e, no Nordeste, nós mulheres do forró sofremos muito com isso”* (Informação verbal).¹⁴

Portanto, diante dessa conjuntura em que ainda há a existência do machismo, compreende-se também uma autonomia feminina no forró eletrônico, onde essa mulher começa a ter uma participação relevante, inicialmente, com o que tem cantado em algumas músicas de forró eletrônico. Pode-se então usar como exemplo a canção entoada pela vocalista Solange Almeida, “Novo namorado”, na qual ela diz ao seu ex-companheiro que mudou de visual, superou o fim do relacionamento e apresentou um novo namorado: *“Pintei o meu cabelo, me valorizei, entrei na academia, malhei, malhei. Dei a volta por cima e hoje mostrei meu novo namorado[...]*¹⁵.

E mesmo que esse estudo não trabalhe de forma aprofundada na análise das letras das músicas dessas artistas, elas transmitem aspectos e características significativos dos seus perfis, os quais podem estar também implícitos em gestos, expressões, imagens, performances e falas, pois “a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está internamente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 93), isto é, as declarações, reivindicações e afirmações dessas cantoras em suas músicas, entrevistas e shows, revelam outras possibilidades de ser mulher no forró eletrônico, universo ainda masculinizado.

6 CONCLUSÕES

Observamos que o objetivo neste artigo não foi esgotar o debate em torno das questões suscitadas, mas, ao invés disso, lançar algumas “provocações teóricas” e proposições de modo a contribuir para com o estabelecimento de uma reflexão sobre gênero e interseccionalidades. Ao passo

que a subordinação tem raízes muito mais profundas e aparentemente invisíveis que tornam muito difícil desmontar as estruturas de opressão, sobretudo, das mulheres. Há desafios na construção de teorias que apresentem e/ou problematizem as diversidades existentes e produzam resultados desafiantes de superação das desigualdades, das discriminações e das subordinações em que muitas, senão a maioria, das mulheres vivem.

Finalizamos na perspectiva de problematizar espaços, práticas e discursos sociais que encarnam e reproduzem o lugar socialmente construído da mulher nas ideias de subalternização e subordinação na sociedade brasileira, objetivando compreender como são tecidas as relações de gênero atravessadas por práticas e processos desiguais, opressores e violentos que entrecruzam eixos estruturantes da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 11, n. 2, 2000.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Rio de Janeiro: Editora Letramento, 2018.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D.M. **Nordestino: invenção do falo – uma história do gênero masculino** (Nordeste 1920/1940). Maceió: Catavento, 2003.

ALMEIDA, S. Solange Almeida desabafa sobre a polêmica com Aviões do Forró: “Me tiraram e continuaram sem mim”. **G Show**, Rio de Janeiro, 2 jun. 2019. Disponível em: <https://gshow.globo.com/programas/domingao-do-faustao/show-dos-famosos/2019/noticia/solange-almeida-desabafa-sobre-polemica-com-avioes-do-forro-me-tiraram-e-continuaram-sem-mim.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negociação do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARAÚJO, Fábio Alves. **Do luto à luta: a experiência das mães de Acari**. 2007, Rio de Janeiro. 141 fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

BARREIRA, César. Em nome da lei e da ordem: a propósito da política de segurança pública. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v.18, n. 18, p. 77-86, mar. 2004.

BOMBAL, Inés González. De vítimas a sujeitos: as mães da Plaza de Mayo. **Revista de Ciências Humanas**, v.8, n. 11, 1992.

Brites, Jurema; FONSECA, Cláudia. As metamorfoses de um movimento social: mães de vítimas de violência no Brasil. **Análise Social**, [S.l.], n. 209, v. 48, 2013.

COSTA JÚNIOR, C.C.P.C; SILVA, Y.F.B. As mulheres nas letras de Aviões do Forró: Discussões acerca do machismo e da identidade feminina na era do Forró eletrônico. In: XV – Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 2013, Mossoró. **INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Mossoró, 2013.

COSTA, Jean H. **Indústria Cultural e forró eletrônico no Rio Grande do Norte**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

EUGÊNIO, B.G; SANTOS, R.O. Discursos sobre a mulher em letras de forró de grupos nordestinos. In: **IV – Fórum Internacional de Pedagogia**. Parnaíba, PI, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
FARIAS, Juliana. “Competências” no plural: uma reflexão sobre atuação de familiares de vítimas de violência policial em favelas. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 27., 2010, Pará. **Anais... Pará: RBA**, 2010. Disponível em:
http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_27_RBA/arquivos/grupos_trabalho/gt01/jf.pdf. Acesso em: 5 ago. 2017.

FARIAS, Juliana. **Estratégias de visibilidade, política e movimentos sociais**: reflexões sobre a luta de moradores das favelas cariocas contra a violência policial. 2007. 135.fl. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. 2008. 347fl. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

FERRAZ, Joana Dàrc Fernandes. **A Chacina de Vigário Geral**: a violência como princípio. 2004. 147 fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós -Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FORROZÃO NA TV 93 FM: Railson Carlos: Parte 01 e 02 – Minha história no Forrozão na Tv com Kátia Cilene, 2011. *Youtube* (18 min.).

FREIRE, Libany S. **Forró eletrônico**: uma análise sobre a representação da figura feminina. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia). Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

GOHN, Maria Gloria. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.
GOMES, F.; MELO, I. de. Um papo com o criador do forró eletrônico. **Revista Vós**, Fortaleza, jun. 2017. Disponível em: <http://www.somosvos.com.br/um-papo-com-o-criador-do-forro-eletronico/>. Acesso em: 12 dez.2019.

GUIRALDELLI, Reginaldo. **Presença feminina no Mundo do Trabalho História e Atualidade**. Revista de Estudos do Trabalho. Ano I – Número I – 2007. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/Guiraldelli_RET01.pdf. Acesso em: 13 de julho de 2015.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Daniéle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set/dez 2007.

HONÓRIO, Maria das D. **Cachaceiro e reparigueiro, desmantelado e largadão!** Uma contribuição aos estudos sobre homens e masculinidades na região Nordeste do Brasil. 2012. 187 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência no Brasil**. [S.l.]: IPEA e FBSP, 2016.

LACERDA, Paula. O sofrer, o narrar, o agir: dimensões da mobilização social de familiares de vítimas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 49-75, jul./dez. 2014.

LIRA, Vilnia Batista de. **Maternidades e esfera pública**: um estudo sobre a inserção no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. 2006. 113 fls. Dissertação (Mestrado em Serviço social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

MACHADO, L.Z. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: Sociedade Brasileira de Sociologia (ed.) **Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo**, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília: SBP, 2000.

MARQUES, Roberto. Festa, gênero e criação no Cariri do forró eletrônico. In: **37º Encontro Anual da ANPOCS**. Águas de Lindóia, SP, 2013.

MARQUES, Roberto. **Cariri eletrônico**: paisagens sonoras no Nordeste. São Paulo: Intermeios, 2015. 194p.

MATOS JÚNIOR, Clodomir Cordeiro de. Família e violência: organizações e reconhecimentos sociais. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 27., 2010, Belém. **Anais...** Belém, 2010, p. 1-15. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_27_RBA/index.html. Acesso em: 20 fev. 2016.

MISSE, Michel; WERNECK, Alexandre; BIRMAN, Patrícia; PEREIRA, Pedro Paulo et. al. Entre palavras e vidas: um pensamento de encontros com margens, violências e sofrimentos. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 335-356, jun. 2012.

OLIVEN, Ruben George. **Violência e cultura no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982.

PAIVA, Luiz Fábio S. Mortes na periferia: considerações sobre a chacina de 12 de novembro em Fortaleza. **O público e o privado**, [S.l.], v. 26, p. 269-281, 2015.

PAIVA, Luiz Fábio S. **Contingências da violência em um território estigmatizado**. Campinas: Pontes, 2014.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiás, v.11, n.2, p. 263-274, jul./dez. 2008.

RITA DE CÁSSIA: a compositora que conquistou gerações. **Revista Vós**, Fortaleza, jun. 2017. Disponível em: <http://www.somosvos.com.br/rita-de-cassia/>. Acesso em: 12 dez. 2019.

SAFFIOTI, H.I.B.A. Gênero e Patriarcado: Violência contra mulheres. In: **A mulher nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SAFFIOTI, H.I.B.A. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. Violência urbana, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CDH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, maio/ago., 2010.

SIQUEIRA, Monalisa Dias de. Os gato véi e o estilo de vida forrozeiro em Fortaleza. In: DAMASCENO, F.J.G; MENDONÇA, A.X. (orgs.). **Experiências Musicais**. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza/EDUEC, 2008. p. 107-119.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A Classe Operária tem Dois Sexos: trabalho, dominação e resistência**. 2 ed. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2011.

TROTTA, Felipe. **Música popular, moral e sexualidade: reflexões sobre o forró contemporâneo**. Revista Contratempo n.20. Niterói, RJ: UFF, 2009.

VELHO, Gilberto. Trajetória individual e campo de possibilidades. In: VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

WACQUANT, Loic. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. **Parais Urbains**. Paris: La Découverte, 2006.

ZALUAR, ALBA. **O contexto social e institucional da violência**. Rio de Janeiro: Nupevi - IMS/ UFRJ, 2001.

Notas

¹ Perspectiva interpretativa sobre violência urbana, enunciada por Silva (2010; 2004), que trata da violência urbana, compreendida como um conjunto de práticas sociais que adquirem sentido para os atores, em suas experiências vividas na cidade, cujo núcleo de sentido consensual é o uso da força física, no crime. Para o autor, a violência urbana, como representação, indica um complexo de práticas legal e administrativamente definidas como crime, selecionadas pelo aspecto da força física, presente em todas elas e que ameaça duas condições básicas do sentimento de segurança existencial, que costumava acompanhar a vida cotidiana rotineira: a integridade física e a garantia patrimonial (SILVA, 2010, p. 36). Os acontecimentos englobados na concepção de violência urbana, na maioria das vezes, são fatos de qualidades distintas, com causas e efeitos diversos, variando-se de acordo com o contexto histórico, social e cultural dos envolvidos, seja como agentes ou vítimas de ações violentas.

² No período da Ditadura Militar, percebe-se que, com o legado de 21 anos de vigência de um regime autoritário (1964/1985), ainda têm-se marcas problemáticas para uma efetiva construção de um Estado de Direito, comprovando-se o fato de que a redemocratização do regime de governo perpassa por processos de desconstrução, tendo em vista a democratização das instituições do Estado. Para Adorno (2000, p. 132), esse processo é complexo e lento, além de se representar uma espécie de "rito de passagem", de um regime autoritário para um democrático, considerando-se que "não se pode desprezar o peso do autoritarismo social e das heranças deixadas pelos regimes autoritários, encarregados do controle repressivo da ordem pública".

³ Sobre a Chacina de Vigário Geral, vale conferir os ensinamentos de Ferraz (2004). Em 1993, oito meninos de rua que dormiam nas calçadas, próximas à Igreja da Candelária, foram assassinados por policiais militares. O episódio ficou conhecido como a "Chacina da Candelária".

⁴ Ação denominada Chacina da Grande Messejana, devido aos onze jovens que foram assassinados em Bairros localizados nas proximidades do Bairro Messejana. A chacina data de 12 de novembro de 2015, e tem um *website* disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/a-luta-e-o-luto-das-maes-da-chacina-da-grande-messejana-1.1751570>. Verifica-se, também, nos diagnósticos de Paiva (2015).

⁵ O Brasil atingiu a marca recorde de 59.627 mil homicídios, em 2014, o que corresponde a uma alta de 21,9%, em comparação aos 48.909 óbitos registrados em 2003. A média de 29,1, para cada grupo de 100 mil habitantes, também é a maior já registrada na história do país e representa uma alta de 10% em se comparando com a média de 26,5, registrada em 2004. É o que o Atlas da Violência 2016, estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016), e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FPSP) apresentam. A pesquisa, ainda, revela que jovens negros e com baixa escolaridade são as principais vítimas. No mundo, os homicídios representam cerca de 10% de todas as mortes, e, em números absolutos, o Brasil lidera a lista desse tipo de crime. No recorde, por sexo e faixa etária, o estudo indica que, 46,9% dos homens que morrem, entre os 15 e os 29 anos, são vítimas de homicídio. O número salta para 53%, quando são jovens de 15 a 19 anos. Os dados revelam que, os negros apresentam uma probabilidade, significativamente, maior de serem assassinados, no Brasil, em comparação aos outros indivíduos, o que se acentua, ainda mais, no caso dos jovens entre 15 e 29 anos. O Atlas destaca que aos 21 anos de idade, quando há o pico das chances de uma pessoa sofrer homicídio, no Brasil pretos e pardos possuem 147% a mais de chances de serem vitimados por homicídios em relação a indivíduos brancos, amarelos e indígenas.

⁶ Essa banda de forró eletrônico foi criada pelo empresário cearense Emanuel Gurgel, dono da empresa de rádio e gravadora SomZoom Sat, localizada em Fortaleza, no intuito de trazer inovação ao ritmo considerado “brega”, o forró, e que tocava em determinados períodos do ano, como em festas juninas. Sendo assim, resolveu montar tal banda com os músicos de forró, Marabá Neto, Canário do Iguatu, Ivonildo (baixista), Lambidinha (guitarrista) e as cantoras Beth Nascimento e Kátia Cilene. Disponível em: <http://www.somosvos.com.br/um-papo-com-o-criador-do-forro-eletronico/>. Acesso em: 19 nov. 2019. Segundo Lima e Lopes (2016), a empresa SomZoom é caracterizada por ser uma junção dos segmentos de rádio, transmissão via satélite, música, confecção de roupas, produção de CDs, shows e vaquejada. Esse empreendimento se tornou inovador no país por ter juntado a filiação à rede com conteúdo de forró.

⁷ Segundo Marques (2013, p. 7), os *paredões* são “veículos com sons acoplados que ecoam as músicas de forró pela cidade ou estacionados em posto de gasolina, praças e calçadas, atestando a possibilidade, e privilégio, de modificar o espaço urbano pela presença/autoridade do homem-máquina, pelo poder de conectar-se com os admiradores do ritmo ou perturbar o cotidiano pela intensidade do som e sua impertinência”.

⁸ A autora explica que a categoria *gato véi* é compreendida ao se relacionar com o sentido denotativo da palavra “gato”, que é um ser ágil, esperto, uma mulher volúvel, bonita e desejada, fazendo menção à palavra no feminino “gata”. Ao incluir a palavra “véi”, significa dizer que a mulher “perde” o seu valor ao tomar o espaço público, tendo liberdade sobre seu corpo, nas escolhas de suas companhias e assumindo o comportamento idealizado aos homens, frequentando festas e ingerindo bebidas alcoólicas de maneira exagerada.

⁹ Rita de Cássia é considerada a maior compositora de forró do Nordeste e do Brasil, tendo escrito mais de 400 músicas de forró, e algumas dessas foram gravadas pelas bandas Mastruz com Leite, Mel com Terra, Cavalo de Pau, Brasas do Forró, Aviões do Forró e pela cantora Eliane. As mais famosas das suas composições são: “Meu vaqueiro, meu peão”, tida como o marco inicial do forró eletrônico, “Brilho da Lua”, “Raízes do Sertão”, “Maria, filha do sertão” e “Não sou obrigada”. Disponível em: <http://www.somosvos.com.br/rita-de-cassia/>. Acesso em: 03 dez. 2019. A maioria de suas composições conta histórias de amor, cujos personagens principais são os vaqueiros, em razão do encantamento da compositora pela poesia, pelas histórias dessas figuras típicas da cultura nordestina, contadas e vivenciadas por seus tios e seu avô, pela vida simples e humilde que leva como lema de vida. Essa passagem faz parte da entrevista concedida por Rita de Cássia ao programa Perspectiva, no canal do Youtube da TV Soomzoom, cujo link está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J1C0k9LOzPg>. Acesso em: 03 dez. 2019.

¹⁰ Esse grupo musical foi criado no ano de 2002 pelos empresários e produtores Zequinha e Carlos Aristides e Antônio Isaias Paiva Duarte (dono da produtora e loja Isaias Cd's), começando a fazer shows em casas noturnas no interior do estado do Ceará. Segundo Trotta (2009), esse grupo musical trouxe inovações nas performances, divulgação, comercialização e na musicalidade. No que diz respeito a este último quesito, a banda Aviões do Forró se destacou por deixar mais evidente o som forte e impactante da bateria, produzido por Riquelme, baterista do grupo nesse período e até 2017, tanto que o integrante ficou conhecido pelas falas feitas por Xand nos intervalos e inícios das músicas, como: “Bora, Riquelme!”, “Riquelme na batera!”, “Puuuuxa, meu batera!” e “Simbora, Riquelme!”

¹¹ Disponível em: <http://www.solangealmeida.com.br/go/>. Acesso em: 05 dez. 2019.

GÊNERO, TRAJETORIAS SOCIAIS E INTERSECCIONALIDADES: debates políticos contemporâneos tecidos na realidade brasileira

¹² Este termo foi introduzido também no sertanejo e no forró através do gênero musical denominado “arrocha”, cujo representante é o cantor baiano Pablo. Tal expressão tem sido utilizada atualmente para se referir às canções.

¹³ Trecho da entrevista dada pela cantora ao canal do *Youtube*, *Forrozão na TV 93 FM*, no quadro *Minha História*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=klav7SGazSY>. Acesso em 05 dez. 2019.

¹⁴ Entrevista concedida pela cantora ao Programa *Domingão do Faustão* no quadro *Show dos Famosos* no dia 2 de junho de 2019. Disponível em: <https://gshow.globo.com/programas/domingao-do-faustao/show-dos-famosos/2019/noticia/solange-almeida-desabafa-sobre-polemica-com-avioes-do-forro-me-tiraram-e-continuaram-sem-mim.ghtml>. Acesso em 12 dez. 2019.

¹⁵ Trecho da música “Novo Namorado”, interpretada por Solange Almeida quando estava na banda *Aviões do Forró*. A letra desta música está disponível em: <https://www.letras.mus.br/avioes-do-forro/novo-namorado/>. Acesso em: 13 jan. 2020.